

JOVENS UNIVERSITÁRIOS QUILOMBOLAS E ADAPTAÇÕES DE SEUS MODOS DE VIDA NA CIDADE

Denise Machado Cardoso¹
Ana Carla Vieira Pimentel²
Rosângela do Socorro Nogueira de Souza³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o estudo sobre o deslocamento de jovens quilombolas que vem de suas comunidades campestres para estudarem na Universidade Federal do Pará – Campus Guamá, na capital do Estado do Pará. Procuramos identificar suas dificuldades e desafios no processo de adaptação nesta cidade. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, na qual se utiliza de referência antropológica, em especial, a pesquisa etnográfica. Adotamos com técnicas a observação direta, conversas informais e entrevistas abertas sobre o deslocamento entre a comunidade e Belém, e a adaptação nesta cidade. Verificamos que esses e essas jovens saem de suas comunidades para estudarem em busca de formação superior e de novas possibilidades, sendo que muitos deles e delas enfrentam várias dificuldades, pois há neste espaço citado um novo modo de vida, marcado pelas diferenças culturais e identitárias.

Palavras-chave: Cidade de Belém. Juventude Quilombola. Deslocamento e Adaptação.

YOUNG UNIVERSITY QUILOMBOLAS AND ADAPTATIONS OF THEIR WAYS OF LIFE IN THE CITY

ABSTRACT

This article aims to present the study about the displacement of young quilombolas coming from their rural communities to study at the Federal University of Pará - Guamá Campus, in the state capital of Pará. We try to identify their difficulties and challenges during the adaptation process in this city. The research presents a qualitative approach, in which anthropological reference is used, in particular, the ethnographic research. We adopted direct observational techniques, informal conversations and open interviews about the displacement between the community and Belém, and the adaptation in this city. We find that these young people leave their communities to study looking for a higher education and new possibilities, and many of them face several difficulties, because there is a new way of life, marked by cultural and identity differences.

Keywords: City of Belém. Youth Quilombola. Displacement and Adaptation.

Data de submissão: 30.09.2020

Data de aprovação: 11.01.2021

¹ Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental (Pós-Graduação do Trópico Úmido PDTU/ NAEA) pela Universidade Federal do Pará (2006). É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (2000) e graduada em História também nesta universidade (1987). Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará. Atua como membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA, coordena o Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia e é Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem (Visagem). E-mail: denise@ufpa.br.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e Mestra em Estudos Interdisciplinares em Cidades, Territórios e Identidade (PPGCITI), ambos da Universidade Federal do Pará. Licenciada em Matemática. E-mail: annacarla91@hotmail.com.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2016). Mestra em Letras: Linguística pela Universidade Federal do Pará (2007). Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará (2003). Professora do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidade (PPGCITI) da Universidade Federal do Pará. E-mail: rsns@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

O acesso à universidade é para muitas pessoas um desafio que requer aprender uma cultura acadêmica que se inicia desde os primeiros dias em que se ingressa no Curso Superior. Desde os primeiros eventos de recepção aos “calouros” e “calouras”, até chegar à defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e solenidade de colação de grau, há um longo percurso marcado por ensinamentos voltados para a autonomia intelectual, produção de conhecimento, gestão de recursos de bolsas e tempo para estudos, e uma série de outros que compõem essa vivência no universo da universidade. Para a maioria que cursa graduação em uma grade universidade pública, como é o caso da Universidade Federal do Pará (UFPA)⁴, a adaptação à sua rotina acadêmica requer esforços e práticas de companheirismo e solidariedade tanto institucional quanto entre colegas estudantes.

Para uma parcela destes e destas pessoas que ingressam na UFPA (bem como em outras Instituições de Ensino Superior – IES) o desafio se mostra redobrado devido à necessidade de aprendizado de outra língua, outra cultura e outros saberes (como é o caso de estudantes estrangeiros). Para aquelas que vivem no Brasil em áreas caracterizadas por práticas predominantemente rurais, como são os povos que vivem em suas respectivas Terras Indígenas (TI) ou as Populações Remanescentes de Quilombos (também denominadas de populações quilombolas), os desafios também são elevados. Para estes grupos sociais, a adaptação na cidade, e suas culturas com traços urbanos, já é um desafio que será acrescido de outros relacionados aos estudos universitários.

Neste estudo sobre o deslocamento de jovens quilombolas da comunidade para a cidade de Belém do Pará fomos motivados pelo interesse em compreender como esses jovens vivenciam este processo de inserção em um novo espaço, como se adaptam e o que pensam sobre tais dinâmicas em suas vidas. Investigar suas percepções sobre esse deslocar-se das comunidades de origem para a cidade na qual passam a morar para cursarem o Ensino Superior é o objetivo central desta pesquisa, pois consideramos importante conhecer as perspectivas e desafios desses e dessas jovens. Assim, apresentamos neste artigo os resultados parciais da pesquisa sobre a trajetória de saída de suas comunidades camponesas para a cidade de Belém e suas maneiras de inserção quando começam a cursar o ensino superior na UFPA⁵.

Desse modo, importa-nos perguntar que desafios são esses enfrentados no cotidiano de estudantes quilombolas da UFPA? Quais são suas impressões e estratégias para superar as dificuldades que encontram ao longo de seus cursos de graduação realizados em espaço citadino? Buscamos neste estudo explicar e compreender de que maneira ocorre a permanência dessas pessoas na cidade de Belém e, especificamente, na universidade. Intencionou-se investigar como percebem suas interações e como se dão esses novos modos de vida e adaptação em espaço urbano, como é o caso de Belém do Pará.

O presente artigo apresenta resultado parcial da pesquisa com estudantes que ingressaram nesta IES através da reserva de vaga para quilombolas no período de 2013 ao primeiro semestre de 2018. Nossa pesquisa se concentra, portanto, nas pessoas que ingressaram em diferentes cursos de graduações no campus Belém da UFPA, via Processo Seletivo Especial (PSE). A escolha do campus Belém se deve ao fato de que dos 1163 estudantes quilombolas que ingressaram pela reserva de vagas desde 2013, 729 estudantes estão nesse campus⁶. Desse

⁴ A Universidade Federal do Pará é considerada a maior universidade do Norte do Brasil em número de alunos matriculados. Em torno de 30 mil estudantes estão matriculados em seus diversos *campi*.

⁵ O Campus Universitário do Guamá é denominado como Cidade Universitária José da Silveira Netto. Dessa maneira, a inserção ocorre em uma cidade dentro de uma cidade, conforme será tratado ao longo desse trabalho.

⁶ Além do campus de Belém, a UFPA integra mais doze (12) campi distribuídos em diferentes regiões do Estado do Pará, o que a torna uma universidade multicampi.

total entrevistamos, até o final de 2018, quatorze estudantes de diferentes cursos e horários de aulas (trazemos neste artigo as falas de dez desses e dessas estudantes). Além desses momentos com as entrevistas, realizamos a observação direta e conversas informais na sala da Associação de Estudantes Quilombolas (ADQ-UFPA), no Restaurante Universitário (RU) e em diversos eventos ocorridos na UFPA.

Diante disso, e em consonância com Bachelard (1996), consideramos que todo conhecimento científico constitui-se na troca que ocorre entre o sujeito e o objeto, ou ainda, entre interlocutores e interlocutoras que estabelecem um diálogo profícuo. No caso específico deste estudo, significou a ampliação do olhar local de quem já vivencia a UFPA para um olhar ampliado no qual se buscam outros pontos de vista. Ainda de acordo com o referido autor, onde a existência do sujeito se “faz presente, as próprias interpretações interferem no ato de ver, pensar, sentir, viver, ser e estar neste mundo” (BACHELARD, 1996, p. 14), ou seja, à medida que o pesquisador e pesquisadora mergulham seus olhares sobre o objeto pesquisado, mais aprofundam sua compreensão do mundo que os cerca.

Assim, para realização do trabalho de pesquisa optamos pela abordagem qualitativa e pela pesquisa etnográfica, por considerarmos um caminho metodológico que contribui para que possamos superar o positivismo-lógico da produção do conhecimento, proporcionando a construção de uma metodologia de pesquisa, que possibilite levar em consideração o conjunto das representações materiais e simbólicas que se constroem a partir de diferentes visões de mundo. Proporcionando, também, a compreensão de como sujeito constrói sua cultura e como essa cultura faz parte de um momento histórico, coletivo e sistematizado de um determinado grupo social. E por tratarmos de um estudo que envolve atores sociais específicos, como é o caso de estudantes universitários quilombolas, daí decorre a importância de fazer uma descrição do contexto desses jovens que se deslocam de suas comunidades para a cidade de Belém.

Compreendendo que a importância da etnografia em um trabalho de pesquisa que se propõe analisar a juventude quilombola e suas relações com o campo e a cidade dentro do conjunto das interações, principalmente por suas características fundamentais entre elas, optou por considerar que as conversas informais, observação direta de estudantes no campus de Belém e realização de entrevistas seriam instrumentos adequados para este estudo.

A etnografia enquanto um estudo descritivo da cultura imaterial dos povos (sua língua, religião, hábitos etc.), como também das manifestações materiais de suas atividades (adornos, alimentação, meios de transporte etc.), possibilita abordar vários e diferentes aspectos dos grupos sociais. Por conseguinte, a etnografia estuda e revela os costumes, as crenças e as tradições de uma sociedade, que são transmitidas de geração em geração e que permitem a continuidade de uma determinada cultura ou de um sistema social. Sendo que para Clifford Geertz (2014, p. 4) “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”. Desse modo, a etnografia é inerente a qualquer aspecto da antropologia cultural, que estuda os processos da interação social: os conhecimentos, as ideias, técnicas, habilidades, normas de comportamento e hábitos adquiridos na vida social de um povo.

Nesse sentido, apropriamo-nos da etnografia para descrever, caracterizar e explicar o processo de adaptações da juventude quilombola a partir desse ir e vir entre a comunidade e a cidade de Belém. Ressaltamos que para salvaguardar a identidade das pessoas entrevistadas, utilizamos as iniciais EQ, seguida de numeração. Compreendemos que dessa maneira, a pesquisa poderá expressar o mais próximo possível as percepções e explicações dos próprios estudantes acerca da vivência marcada pelos desafios de ser universitários e universitárias quilombolas.

1 DESAFIOS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NA CIDADE E NA UNIVERSIDADE

O Pará é um dos estados brasileiros com maior número de áreas quilombolas tituladas. Segundo o site oficial do governo do Estado, existem 178 comunidades quilombolas no Brasil; 62 estão no Pará e 53 já foram reconhecidas pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). De acordo com dados da Fundação Palmares, até o ano de 2015 havia 227 comunidades quilombolas certificadas no Pará. Com estes dados do ITERPA e Fundação Palmares, percebe-se que é inegável a relevância das populações quilombolas, em suas terras certificadas e/ou tituladas.

Além das lutas para regularização de suas terras, e segundo a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGU), o acesso e permanência em cursos de nível superior é um interesse que se integra a outros elementos da luta por direitos destas comunidades.

Além do território, são preocupações dos quilombolas, o acesso ao ensino superior, o ensino da história africana e afro-brasileira no ensino básico, conforme estabelece a Lei 10.639 de 2003, atenção específica na saúde e na assistência social. (MALUNGU, 2019).

No que concerne aos cursos superiores, destacamos que as IES ofereciam vagas para todos os jovens, mas de maneira que não atendia a parcela negra e pobre da sociedade, pois segundo Gomes (2004, p. 46):

[...] à medida que o movimento negro foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam a grande parcela do povo negro, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar; é nesse momento que as cotas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergem como uma possibilidade e, hoje, passaram a ser uma demanda política real e radical.

As políticas de ações afirmativas são políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de determinados povos e populações: sua história, cultura, identidade, do seu lugar. Reconhecimento da alteridade do outro para que todos tenham seus direitos igualmente garantidos para a correção de desigualdades raciais e sociais, e corrigir estereótipos e tratamentos diferenciados e até marginalizados perante a sociedade excludente, segregacionista e discriminatória. Assim, as políticas de ações afirmativas devido à forte atuação do movimento negro ganham força e estes passam a ser ouvidos e suas demandas atendidas. Estas ações também visam combater as desigualdades estruturais e a discriminação que vem de maneira enraizada na sociedade brasileira. Implementando condições para uma condição de igualdade material e de direitos necessários que só é possível através de políticas públicas de Estado que afirmem e garantam condições melhores para sua existência no meio social.

Ainda no entendimento de Gomes (2001, p. 6):

[...] as ações afirmativas consistem em políticas públicas, e também privadas, voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e da neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e compleição física.

Do ponto de vista histórico, as políticas de ações afirmativas são firmadas no estado de direitos. Desse modo, a criação de políticas de ações afirmativas por cotas para o ingresso na educação superior, a qual são reservadas vagas para os grupos étnico-raciais tem grande relevância para esses sujeitos. Entende-se que do ponto de vista histórico, legal e moral estas políticas já se fazem conceituadas, e são justificadas numa sociedade de regime democrático como a brasileira.

Os motivos para que haja uma reduzida participação neste nível de educação escolar se deve, predominantemente, às condições sócio-históricas de exclusão e discriminação das populações com tais características. Assim, o racismo se impõe ao longo dos tempos e dificulta tanto o acesso quanto a permanência de estudantes vindos de áreas remanescentes de quilombos nas universidades.

Com vistas a combater essa desigualdade no acesso e permanência no curso superior, algumas universidades implementaram políticas de ações afirmativas e neste bojo destaca-se a Universidade Federal do Pará (UFPA). Desde o ano de 2009 foi instituído na UFPA um Processo Seletivo Especial (PSE) para o ingresso de estudantes indígenas e quilombolas em todos os cursos de graduação. Além do aspecto do pertencimento ao grupo originário, é considerado relevante a vulnerabilidade socioeconômica.

Para além dessa modalidade de ingresso nos cursos, observou-se que havia uma série de dificuldades na permanência destes e destas estudantes. Algumas dessas dificuldades são de ordem financeira, pois as despesas com os estudos são indicadas como fator relevante para todos aqueles e aquelas que realizam suas atividades ao longo dos dias nos campi da UFPA. Vários não possuem subsídios para a permanência na universidade e na própria cidade devido à falta de recursos financeiros da família e quando chegam à Região Metropolitana de Belém precisam pagar aluguel, alimentação, material acadêmico, o que configura desafios neste novo contexto. Além disso, o fato de estarem longe da família e de seus amigos intensifica os desafios neste duplo processo de adaptação: o meio universitário e o ambiente citadino de uma cidade de grande porte, como é o caso de Belém.

2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E IDENTIDADE

É importante salientar a resignificação do conceito de comunidade quilombola, pois são notórias essas e outras mudanças que ocorrem na sociedade. Nesse contexto, temos o marco normativo que encontramos no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Também em atendimento às condições operacionais decorrentes do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Inicialmente, as comunidades quilombolas foram inscritas na atual legislação brasileira, no Art. 682 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que se refere à afirmação de seus direitos territoriais. Em 2002, essas comunidades são reconhecidas como povos tradicionais, pelo Decreto Legislativo nº 143 que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A definição de comunidades quilombolas, contida no Decreto 4887/2003 é reiterada no Decreto 6040/2007 e no Parecer CNE/CEB 16/2012, como segue:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, são ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. (Parecer CNE/CEB 16/2012, p. 02).

Ainda neste documento, destacamos o fator histórico de lutas e constituição desses sujeitos:

[...] contra o racismo, pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito das comunidades quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação. (CNE/CEB 16/2012, p. 12).

Desse modo, a identidade quilombola se constitui a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo dos últimos anos, uma identificação compartilhada, que tem sido usada como

instrumento para conseguir potenciais benefícios coletivos e uma melhoria nas condições de vida. As identidades, aliás, estão sempre em movimento, conforme afirma Hall (2003), por possuírem um caráter relacional e transitório, e com isso em vez de identidades seria mais apropriado falar de identificações em curso, identidades deslocadas.

De fato, as identidades não se constituem em situações de vida concretas e específicas, localizadas histórica e geograficamente. Assim, uma comunidade étnica se constitui quando o sentido está voltado para uma ação. Isso significa que as identidades não são meros componentes, acessórios fixos e passíveis de uma cultura, imagens ou símbolos representativos ou “folclóricos”, como uma visão ainda muito arraigada defende Hall (2003).

Para Hall (2003), a identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes, em diferentes momentos sem unificá-las ao redor de um “eu” coerente. Dentro de cada um há identidades contraditórias empurrando para diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. À medida que os sistemas de significação e representação cultural multiplicavam-se, haverá confrontos por uma multiplicidade de identidades possíveis, com cada uma das quais poderiam identificar-se – ao menos temporariamente de acordo com tempos e espaços diferentes.

As identidades são uma autodefinição por meio da qual os sujeitos elaboram um marco de referência e uma visão de mundo e, sobretudo, através da qual acionam suas práticas e representações, seus projetos e estratégias, e assim, definem a forma em como se relacionar e se posicionar frente aos outros, sejam parceiros ou antagonistas, configurando uma relação tanto cultural quanto política. As identidades se reinventam em função dos desafios, problemas e oportunidades do momento presente. Assim,

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação (SOUZA, 2008, p. 78).

Desse novo prisma, podemos interpretar a insurgência de múltiplas comunidades auto identificadas como quilombolas no Brasil nos últimos 25 anos como um processo de reinvenção e renovação identitária, associada à luta dessas comunidades pelo direito de permanecer nos territórios tradicionalmente ocupados e outros direitos específicos, como: A titulação coletiva e o reconhecimento como terras quilombolas, escola específicas para quilombolas, saneamento e infraestrutura para as comunidades, atendimento e saúde diferenciado, dentre outros. Falamos de insurgência porque estamos frente ao surgimento de novos sujeitos coletivos, previamente inexistentes como tais, pelo menos identificados dentro dessa categoria: quilombola. Segundo Alfredo Wagner Almeida (2002), os quilombolas estariam dentro das denominadas “novas etnias”, nas quais os processos de identificação e autoconsciência como grupos com características culturais e históricas específicas acompanham um processo de reorganização política, mobilização e elaboração de estratégias para a obtenção de recursos básicos para produzir e consumir, ou seja, uma das dimensões mais importantes da identidade como quilombolas é a de ser um meio para lutar por melhores condições de vida.

Deslegitimar a identidade quilombola ou qualquer outra identidade coletiva pelo fato de buscar através dela visibilidade e conquistar melhores condições de vida é ignorar o fato de que as identidades se constituem dentro de ações estratégicas de resistência e reconhecimento; buscando atingir fins específicos como o direito à terra, por exemplo, e o reconhecimento da tragédia que foi a escravidão no Brasil. Tais ações estão em função dos desafios, problemas e oportunidades que cada grupo experimenta em determinado contexto social, geográfico e histórico. Aliás, nessa relação íntima entre identidade e poder, é importante sublinhar que quem

é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se usualmente em posição de subordinação. Reivindicar uma identidade é negar o papel subalterno que a sociedade lhes impôs e resistir por converter-se em agentes da sua própria história, converter-se em sujeitos.

3 JOVENS QUILOMBOLAS E OS DILEMAS ENTRE SUAS COMUNIDADES E A CIDADE

Os jovens que foram entrevistados são oriundos de comunidades quilombolas dos municípios de Baião, Moju e Abaetetuba, comunidades camponesas cujo acesso à cidade é permeado por dificuldades em termos de distância e condições precárias das vias rodoviárias, além da própria falta de transporte regular para estas comunidades.

Muitos jovens se deslocam para a cidade à procura de trabalho e estudos, pois muitos não têm a possibilidade de permanecer na comunidade.

Diversos estudos no Brasil e em outros países apontam para a tendência da saída, nos dias atuais, de jovens do campo rumo às cidades [...]. Se essas pesquisas confirmam o deslocamento dos jovens, outros fatores complexificam a compreensão desse fenômeno. O “problema” vem sendo analisado através de dois vieses. Há certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e trabalho (CASTRO *et al*, 2009, p. 189).

Em decorrência das dificuldades para inserção no mercado de trabalho na área rural, acesso à linhas de crédito e formação para o campo, muitos jovens quilombolas buscam sua inserção no ensino superior deslocando-se para a cidade em busca destas novas possibilidades. Nesses termos, para Galindo (2014, p.126),

A migração é um fenômeno de desterritorialização engendrado num sistema social e econômico, que desvaloriza e destitui os povos do campo de seu lugar (territorial, cultural e identitário). É mais que um mero deslocamento geográfico: é a negação do direito de ser e estar no mundo ocupando o lugar da cidadania e da dignidade.

A saída desses jovens quilombolas para a cidade configura-se como um importante passo para a reorganização e possibilidades de melhorias, não somente para si, ou por não gostarem de seus quilombos. Ao contrário, este “ir atrás de novas possibilidades, de oportunidade de trabalho e estudo” é algo que envolve outras pessoas e grupos. Ir para a cidade pode significar busca por autonomia, inclusive de melhoria de sua própria comunidade quilombola de origem. Nesse contexto, e de acordo com Lima (2008), a cidade insere-se enquanto um processo histórico-espacial com suas raízes ligadas a fatores socioculturais e geográficos, assim a cidade é o concreto, o visível.

Ainda para Lima (2008) o urbano ligado ao processo de industrialização, a vida cotidiana e do ponto de vista econômico é um processo bem mais recente. O urbano emerge de uma nova realidade, de um espaço citadino, a partir da vida cotidiana, a relação mercantil e a subjetividade das práticas sociais. Mas ela não se encerra em si, posto que há nos espaços não citadinos uma gama de grupos sociais inter-relacionados de diferentes modos e fatores.

Perceber a cidade e o quilombo numa relação de troca permite compreender que não há isolamento dos espaços urbanos. Além disso, em se tratando de cidades amazônicas muito já foi investigado e evidenciado sobre essa interdependência entre campo-cidade. As cidades da região amazônica estão marcadas por esse ir e vir de gente, e principalmente pelas trocas de produtos, práticas, saberes, modos de fala, modos de interação e consumo com produtos das florestas, dos campos, das várzeas e tudo aquilo que compõe esse bioma.

As pessoas levam suas identidades enquanto quilombolas e incorporam outras identidades cidadinas em suas representações. À medida em que se deslocam se observa que a cidade é:

“Coisa humana por excelência”, a cidade é a “forma mais complexa e refinada da civilização”, escrevia Lévi-Strauss, mas ela lhe parecia ser também o lugar de uma individualização extrema e de um borramento dos limites sociais, atingindo o inapreensível caos. (AGIER, 2017, p. 484)

E pensar a identidade como múltipla, a origem, a luta pela terra, a característica racial. Além da perspectiva da discriminação que enfrentam em outros territórios como na cidade por suas características próprias ou pelo território que estão inseridos nos seus percursos de idas e vindas do quilombo para a cidade também dão corpo a este processo de afirmação de suas identidades, pois no enfrentamento do preconceito e nos conflitos se afirmam símbolos e representações positivas e/ou negativas sobre sua história e sobre si mesmo, se percebendo como sujeito diferenciado em seu modo de viver e ver o mundo. Não colocamos a cidade como lugar da perda dos laços e sim como lugar de troca e de novos aprendizados e de precisar estar. Não levaremos em oposição entre campo e cidade, pois também na cidade esses jovens quilombolas têm seus laços sociais, suas formas de interações, deslocamentos e conflitos com a sua nova trajetória enquanto estudante universitário tendo a cidade como espaço para realização de sonhos e oportunidade.

É importante destacar que muitos jovens que saem do quilombo por falta de oportunidades e/ou à procura de emprego saem em posição de subalternidade. Assim, os estudantes que participaram das entrevistas são jovens que foram os primeiros de suas famílias a adentrarem à universidade, de tal modo que esses estudantes nos primeiros dias sofrem com o estranhamento ao chegarem a sua nova cidade, pois se encontram em um mundo distante e diferente do seu. Além de que para muitos foi o primeiro contato com Belém, como relatam os estudantes quilombolas EQ1 e EQ4:

Logo no começo tive muita dificuldade pra me adaptar aqui, porque a gente vem de lá, é um silêncio, uma tranquilidade, uma coisa muito boa lá, e a gente chega aqui, viver dentro de uma cidade que é um barulho, é trânsito, calor, tudo isso e eu custei muito pra me adaptar, eu até quis ir embora, liguei pra minha família que eu não queria ficar aqui, isso com três meses que eu estava aqui, eu não queria ficar aqui, eu queria ir embora daqui e a minha mãe falou: não minha filha fica que tu vais conseguir se adaptar e eu continuei aqui, graças que eu encontrei meus amigos, minha irmã que também já está aqui e eles me ajudaram muito. (EQ1)

Eu encontrei muita dificuldade, primeiramente porque eu não nunca tinha vindo nem em Belém, eu não tinha noção de como era uma vida na cidade e logo quando eu cheguei eu me deparei, assim, era uma correria pra pegar ônibus e também um modo de vida que era totalmente diferente, porque lá na nossa comunidade as vezes quando falta alguma coisa a gente vai na casa do vizinho e emprestava e quando eu cheguei pra cá eu vi que isso era totalmente diferente, aqui se eu não tiver dinheiro eu não tenho aquilo que eu quero. (EQ4)

Dificuldades que vão desde o deslocamento na cidade e a convivência, assim, demonstram os estudantes quilombolas EQ1, EQ2, EQ3 e EQ5.

Tudo isso fiquei totalmente perdida, que eu não sabia nem como pegar ônibus, pra onde ir, que ônibus pegar. (EQ1)

Quando eu cheguei aqui na universidade, tipo Belém eu não conhecia ninguém, não sabia andar aqui em Belém, eu não sabia nada aqui em Belém, eu não sabia onde procurar informações. (EQ2)

A questão de convivência, a questão financeira, aqui em Belém é muito gasto. (EQ3)

É complicado, é difícil até por conta de se adaptar, eu passei uma semana morando sozinha, num local onde você não conhece ninguém, não tem com quem sair, não tem com quem dialogar, almoçar, numa enorme de uma universidade, onde você não conhece nada. (EQ5)

Além da saudade da família, envolvendo as relações afetivas, havendo certa solidão em torno desses estudantes, pois para muitos estudantes quilombolas essa é a primeira experiência de sair de perto do seu seio familiar. Como demonstram os estudantes quilombolas EQ3, EQ6:

Foi muito difícil porque eu nunca tinha saído de perto de meus pais, ficou muito difícil pra mim a questão de não estar perto deles, eu chorava muito, eu sofri muito, muito mesmo por conta disso. Vim pra cá pra Belém, não conhecia ninguém, nunca tinha vindo pra cá, não sabia nem o rumo da faculdade, nem qual era a minha sala, fiquei perdidinha, foi muito difícil vir pra cá. (EQ3)

Eu nunca sai de casa. Deixei de lado meus familiares, amigos quando vim pra cá não conhecia ninguém, eu achei muito difícil. (EQ6)

E muitos não conseguem se deslocar com frequência para a comunidade devido à distância e os gastos com a viagem, assim, ficam por longo período sem retornarem às suas comunidades. A falta de recursos financeiros para o deslocamento da cidade para o campo e vice-versa apresenta-se como uma das preocupações e um dos desafios para se manter em Belém. Nas falas de EQ5 e EQ7 isso é evidenciado da seguinte maneira:

É muito recente eu vim pra cá, estou no segundo semestre, eu só pude voltar em minha comunidade em setembro, foi quando teve a festividade lá, uma das maiores festas do Baixo Tocantins que é o Festival Quilombola da Vila de Umarizal. (EQ5)

Eu sinto muita falta de casa, eu sempre digo que o povo daqui é privilegiado porque eles sempre estão em seus quilombos, uma hora, duas horas, pra gente é muito complicado porque pra gente chegar à casa a gente precisa ter bastante dinheiro, porque de navio a gente tira três dias até Santarém e de lá ainda temos que pegar mais um barco mais doze horas, é bem puxado e de avião normalmente a passagem é muito caro, e o fato da gente não ter uma renda pra estar fazendo essas viagens, então a gente escolhe normalmente uma vez ao ano pra ir em casa, hoje nós somos quatro, meus irmão e eu conseguimos entrar na universidade juntos, no mesmo ano, de uma vez. (EQ7)

Apesar do interesse em voltar, na cidade acabam por formar relações de sonhos e afetos, ou seja, o encontro de uma nova realidade na qual os jovens quilombolas passam a se relacionar. O estudante quilombola EQ4 ressalta que:

E quando eu vim pra cá, digamos que eu não passei fome, mas eu cheguei a quase passar fome, porque a minha família não tem condições financeira, a única coisa que a minha mãe recebia era o bolsa família, que era o único dinheiro que ela me mandava, ela recebia em torno de R\$ 450 reais e todo o dinheiro que ela recebia, ela só mandava pra mim pra pagar aluguel e pra me manter aqui, foi uma dificuldade muito grande (EQ4).

A maior dificuldade foi financeira porque minha mãe e meu pai não são bem de condições e quando eu cheguei aqui senti muito, principalmente a moradia, porque não tinha onde eu morar, nos primeiros três meses antes de eu receber ficava morando na casa dos outros, e às vezes eu deixava de almoçar pra janta, os três meses foram muito ruins pra mim. (EQ10).

Contudo, esse deslocamento não significa necessariamente ruptura com a comunidade de origem e está relacionado ao jogo de identidades e a interpretações que fazem de seus papéis sociais. Assim, para Williams (1989, p.19):

A vida no campo e na cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo, move-se e sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamento e decisões.

O entrelaçamento significativo de jovens quilombolas, suas comunidades e a universidade remetem à valorização e à importância da reafirmação de sua cultura. Nesse contexto, o uso de ações afirmativas como uma reparação histórica existente para com os negros e negras, torna-se uma forma de dar visibilidade à sua cultura, bem como fortalecê-la e valorizá-la.

Na cidade foram estabelecidas as parcerias em torno da criação da Associação de Estudante Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA), o que contribuiu para melhor e eficaz articulação em torno de objetivos comuns relacionados à permanência na universidade.

Do ponto de vista institucional, a UFPA instituiu a Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS) em outubro de 2017, visando a implementação de ações voltadas para o combate ao racismo institucional e apoio à permanência de estudantes que ingressam via PSE, dentre outras propostas. Em documento que cria esta assessoria fica estabelecido que ela está vinculada diretamente à Reitoria, e é responsável pelo planejamento, coordenação, definição, implementação e acompanhamento de políticas referentes às ações afirmativas com atuação integrada com as diversas Unidades da UFPA. Desde sua criação, a ADIS tem realizado seminários, cursos de capacitação e palestras, além do planejamento e participação em eventos científicos voltados para as temáticas da diversidade.

Além da ADIS a UFPA conta com o Programa Institucional de Assistência e Integração Estudantil (PROAIS) voltado para o processo de democratização das condições de permanência e de formação acadêmica como direito social dos estudantes desta universidade, busca a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a conclusão do curso superior e a diminuição da evasão e retenção de forma com uma formação integral, sejam eles oriundos de várias regiões do Pará, de outros estados ou de outros países. Atualmente a política de assistência é coordenada pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), também vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria.

Outra iniciativa que contribui para a permanência na UFPA foi a reitoria conceder uma sala específica para o funcionamento de estudantes e suas associações, tais como: estudantes indígenas, quilombolas, estrangeiros e PcD (Pessoas com Deficiência).

Naquilo que concerne a estudantes quilombolas, a sala específica para sua associação foi importante para a articulação do grupo e para fomentar um espaço de convivência mais próximo às suas origens. Isto se percebe, por exemplo, na denominação dada à sala da associação, chamada por vários como: “quilombinho”. Por certo, as práticas sociais que se estabelecem nesse espaço trazem traços identitários de quem viveu e vive em comunidades remanescentes de quilombos, pela solidariedade entre estudantes, pelas práticas alimentares, histórias contadas, narrativas sobre seus lugares e alguns aspectos dos modos de falar; o que se vivencia neste “quilombinho” contribui para a permanência e adaptação na cidade universitária e na cidade de Belém.

O movimento de ir e vir entre o quilombo e a cidade são pautados pela precariedade e provisoriabilidade das condições enquanto estudantes, pois estes dependem da bolsa permanência e muitos só retornam às suas comunidades após três ou seis meses depois que mudam para a cidade de Belém.

Quando entrei na UFPA em 2015 o negócio é muito assustador porque é uma cidade a UFPA, pra gente que vem do interior que não tem muito contato direto com cidade grande, foi diferente, me sentia muito só e perdido (EQ9).

O que fica evidenciado na fala acima do estudante é como a universidade se parece com uma cidade e como toda grande cidade ainda desconhecida, ela causa certo estranhamento e sentimentos de angústia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar os questionamentos que nortearam esta pesquisa, podemos concluir que os jovens e as jovens quilombolas enfrentam várias dificuldades quando vem para a cidade de Belém realizar seus estudos na universidade. Desde questões financeiras, passando por situações de saudade de suas famílias e amigos de suas comunidades, há também as dificuldades em relação ao aprendizado em seus cursos e enfrentamento ao racismo.

Sobre o deslocamento para Belém, ele pode ocorrer de modo intermitente a cada semana ou pode ser feito em períodos mais longos, conforme a distância entre esta cidade e aquelas onde estão localizadas suas comunidades. Desse modo, esse deslocamento não significa necessariamente ruptura com a comunidade de origem, pois muitas vezes estão envolvidos em diversas atividades e possuem laços afetivos significativos.

Sobre suas motivações e enfrentamentos diante dos desafios em novos espaços e culturas mais cidadinas, verificou-se que há uma espécie de “jogo de identidades” marcado pela interpretação que fazem de seus papéis sociais em seus locais de origem e na cidade universitária e em Belém. A saída desses e dessas jovens quilombolas para a cidade é um importante passo para a reorganização e possibilidades de melhorias de vida, não apenas para si, mas abrem novas oportunidades e frentes de luta e resistência de suas respectivas comunidades.

A dualidade existente entre a comunidade de origem e as experiências decorrentes do deslocamento para a cidade é algo que se destaca no processo de formulação de novas práticas sociais. As desigualdades territoriais, educacionais e étnico raciais são inegáveis e marcam as especificidades desse grupo de estudantes universitários. Nesse aspecto, ressaltamos que as relações de poder que estão imbricadas na sociedade mais ampla e os modos de acesso à educação escolar fazem com que essas relações de poder se reproduzam também em espaços mais restritos, como é o caso das universidades. Contudo, diversos grupos minoritários, como é o caso de comunidades remanescentes de quilombos, podem ter cada vez mais possibilidades de inclusão de novos atores sociais.

Embora houvesse há décadas pessoas destas comunidades cursando nas universidades, o ingresso nos moldes de ações afirmativas se deu pelas conquistas dos movimentos sociais em tempos recentes. Assim, os jovens e as jovens quilombolas sofrem um estranhamento quando saem de suas comunidades para a cidade, mas trazem consigo a consciência da relevância de suas permanências nestas IES. Reconhecem que o curso de graduação será importante para si e, notadamente, para suas famílias e comunidades.

Nas entrevistas os jovens colocam as dificuldades enfrentadas ao se deslocarem para a cidade, pois estes vão para um espaço diferente, com costumes e culturas diferentes. Além da distância da família e a falta de recursos financeiros para o deslocamento da cidade para o campo e vice-versa. Ainda assim a cidade e o campo acabam por formar relações de sonhos e afetos, o encontro de uma nova realidade a qual os jovens quilombolas passam a se relacionar. Cabe destacar que um dos principais desafios não está na questão financeira, mas nas situações marcadas pela discriminação e racismo decorrentes do ingresso via PSE, pelas práticas sociais e traços culturais de quem nasceu e vive em comunidade remanescente de quilombo. Os

desafios são, portanto, imensos nestes tempos em que se avizinham ameaças às conquistas territoriais deste e de outros povos ancestrais do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana** [online]. vol.21, n. 3: 483-498. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>. Acesso em: 07 dez. 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Os Quilombos e as Novas Etnias”. *In*: O´DWEYR, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 4.887/03**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 07 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 07 de dez. 2017.

BRASIL. **PARECER CNE/CEB Nº: 16/2012** em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&Itemid=30192. Acesso em: 7 dez. 2017.

CARRANO, Paulo César Rodrigues, DAYRELL, Luciano; SILVA, Ana Beatriz. Sementes da Memória: Um documentário sobre Jovens (e) quilombolas. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2007.

CASTRO, Elisa Guraná de, *at al.* **Os jovens estão indo embora?** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur. 2009.

GALINDO, Eryka. Em pauta: Juventude rural e políticas públicas. *In*: MENEZES, Marilda Aparecida; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Org.) **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República. 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. São Paulo DP&A, 2003.

LIMA, Marcos Castro de. A cidade, o urbano na Amazônia. **Revista ACTA Geográfica**, Ano II, n. 3, jan/jun: 107-117. Disponível em:
<https://revista.ufr.br/actageo/article/download/203/367>. Acesso em: 07 dez. 2017.

MALUNGU. **Vidas Quilombolas importam**. Disponível em:
<https://malungupara.wordpress.com/>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

PARÁ. **Secretaria de Planejamento**. (2018). Disponível em:
<https://www.seplan.pa.gov.br/com-53-%C3%A1reas-tituladas-par%C3%A1-o-estado-que-mais-reconhece-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SOUZA, Bárbara Oliveira de. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. Universidade Federal de Brasília. Dissertação. (Mestrado em Antropologia. UnB. 2008.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Paulo: Companhia das Letras, 1989.